

A. I. Nº - 232951.0078/06-9
AUTUADO - SANTA RITA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.
AUTUANTE - ANDRÉA BEATRIZ BRITTO VILLAS BOAS
ORIGEM - IFMT – DAT/METRO
INTERNET - 27/09/06

3ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0270-03/06

EMENTA: DOCUMENTOS FISCAIS. NOTA FISCAL. MERCADORIAS EM TRÂNSITO DESACOMPANHADAS DE DOCUMENTAÇÃO FISCAL. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. Infração subsistente. Rejeitada a preliminar de nulidade suscitada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, foi lavrado em 04/04/06 para exigir ICMS no valor de R\$459,93, acrescido de multa da 100%, em decorrência da apreensão de diversas mercadorias transportadas e desacompanhadas de documentos fiscais, conforme termo de Apreensão de Mercadorias e Documentos à fl. 4.

O autuado, na defesa apresentada à fl. 23, esclarece que se trata de renovação da ação fiscal para saneamento do Auto de Infração de nº 232951.0041/05-0, e que conforme defesa apresentada inicialmente, “nada tem a ver com a autuação, tendo sido solicitada a ser a fiel depositária das mercadorias apreendidas”.

Alega que o Termo de Apreensão que deu origem à autuação foi lavrado em 06/09/05, e que tendo decorrido trinta dias sem que o preposto fiscal lavrasse o Auto de Infração, conforme previsto no Regulamento do ICMS, requer a nulidade da autuação.

Na informação fiscal prestada à fl. 28, a autuante esclarece que o presente Auto de Infração foi lavrado em decorrência de ter sido julgado NULO o Auto de Infração de nº 232951.0041/05-0 lavrado anteriormente contra o motorista, e recomendado a renovação do procedimento fiscal contra o estabelecimento ora autuado.

Quanto à alegação defensiva de que o Termo de Apreensão não tem mais valor, diz que a infração está devidamente caracterizada, tendo sido corrigida apenas para alcançar o sujeito passivo da obrigação tributária, e que decorrido o prazo de 30 dias alegado pelo impugnante, foi restabelecido o direito ao recolhimento do imposto de modo espontâneo, o que não ocorreu.

Alega que o contribuinte apenas está tentando protelar o pagamento do imposto devido.

VOTO

O autuado suscitou a nulidade da autuação, sob o argumento de decorreram mais de trinta dias da data do Termo de Apreensão das Mercadorias, para que o preposto fiscal lavrasse o presente Auto de Infração. Observo que a fiscalização lavrou o mencionado Termo de Apreensão em 06/09/05, para documentar a apreensão das mercadorias que foram encontradas no trânsito desacompanhadas de documentação fiscal, nos termos da legislação do ICMS.

O art. 28, p 2º do RPAF/BA, estabelece que:

“Art. 28. A autoridade administrativa que efetuar ou presidir tarefas de fiscalização para verificação do cumprimento de obrigação tributária lavrará, ou determinará que sejam lavrados, conforme o caso:

(...)

§ 2º Tratando-se de apreensão de mercadorias, uma vez lavrado o Termo de Apreensão,

este perderá a validade se no prazo de 30 (trinta) dias não for lavrado o Auto de Infração correspondente, considerando-se encerrada a ação fiscal e podendo o sujeito passivo recolher o débito espontaneamente.”

Portanto, tendo sido declarado nulo o Auto de Infração lavrado em 29/05/06, foi devolvida a espontaneidade para o sujeito passivo recolher o imposto exigido e não tendo trazido ao processo provas de que tenha efetuado o pagamento, é cabível o lançamento de ofício para exigir do impugnante, o pagamento de ICMS relativo a mercadorias apreendidas no trânsito, desacompanhadas de documentação fiscal. Portanto, não acato a nulidade suscitada nas razões de defesa apresentada.

No mérito, o Auto de Infração trata de exigência de ICMS referente a mercadorias que estavam sendo transportadas sem documentação fiscal.

Quanto à alegação do impugnante de que não tem nada a ver com a autuação, verifico que junto com o Termo de Apreensão de Mercadorias e Documentos, tanto no original de nº 132115 (fl. 13), como no acostado à fl. 4, consta que as mercadorias apreendidas se faziam acompanhar de um denominado “orçamento” das mercadorias, cujos originais foram juntados pelo autuante às fls. 15 e 16, e nos referidos documentos estão consignadas as mercadorias apreendidas e consta também o timbre “Santa Rita Materiais de Construção”. No Termo de Apreensão de Mercadorias (fl. 4), consta a assinatura da titular da empresa, a sócia Ana Celeste Sousa Santa Rita, como detentora dos bens apreendidos.

Pelo exposto, está devidamente caracterizada a infração, tendo em vista que as mercadorias foram apreendidas transitando desacompanhadas de documentação fiscal, e sendo de propriedade do estabelecimento autuado, é ele o sujeito passivo desta relação jurídica.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 3ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **232951.0078/06-9**, lavrado contra **SANTA RITA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$459,93**, acrescido da multa de 100%, prevista no art. 42, inciso IV, alínea “a” da Lei nº 7.014/96 e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 31 de julho de 2006.

ARIVALDO DE SOUSA PEREIRA - PRESIDENTE

EDUARDO RAMOS DE SANTANA - RELATOR

OLAVO JOSÉ GOUVEA OLIVA - JULGADOR